

NOTAS DE LEITURA

SCHWARZ, Alf. *Les Faux Prophètes de l'Afrique ou l'Afr (eu) camisne*. Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1980.

Trata-se de uma obra coletiva, organizada pelo professor de sociologia Alf. Schwarz, que se enquadra entre os trabalhos que podemos denominar de atraentes. O modo, ou modos com que os temas são abordados, levam o leitor a se interessar pela obra desde as primeiras páginas da introdução e ler e mesmo reler todas as contribuições de uma só vez. Aliás o próprio título é por si, já demais, sugestivo.

Autores de várias áreas foram agrupados em torno da crítica aos trabalhos sobre África centrados na vertente do desenvolvimento: *Présentation d'une Recherche* – Alf Schwarz; *D'un Africanisme à L'autre* – Jean Copans; *L'histoire en Afrique ou Le commerce des idées usagées* – Bogumil Jewsiewicki; *La Sociologie en Afrique ou Les Enjeux Véritables du Paradigme du Développement International* – Alf Schwarz; *La Science Politique Africainiste ou Les Culs-de-sac des Modèles d'analyse Ethnocentriques* – Ilunga Kabongo; *L'Économie Politique en Afrique ou Les Profits d'une Mystification* – Christian Comélieau; *La Démographie Africainiste ou La Recherche d'une Technicité qui Devient Biases Idéologique* – Joel W. Gregory; *La Science en Afrique ou Les Tribulations d'une Science Africaine* – Zola Ni Vunda; *La Philosophie en Afrique ou Les Défis de L'Africain Philosophe* – E. Wambadia Wamba.

Praticamente até a primeira metade do nosso século a maioria das obras sobre o Continente Africano inscreve-se na necessidade consciente ou não de justificar o processo colonial, quer se trate de trabalhos descritivos e de aparente neutralidade científica, quer quando se trata de trabalhos de caráter ideológico. A partir dos anos 50, principalmente, começam a surgir uma série de trabalhos visando oferecer uma nova visão do Continente Africano, de suas culturas, de sua história, dos seus mecanismos políticos.

etc. Essa fase, hoje em processo seletivo, deve-se a um grupo de intelectuais africanos e a alguns não africanos. Paralelamente começam a surgir uma série de interpretações nos campos da sociologia, da antropologia, da economia e de outras ciências sociais, ligadas por um denominador comum decorrente da influência maior ou menor que representou a divulgação da corrente “desenvolvimentista” e “modernista”, passando o mundo, a exemplo do passado, em que surgiam dois mundos o “culto” e o “não culto”, a dividir-se numa nova dicotomia entre “desenvolvidos” e “não desenvolvidos”, “modernos” e “não modernos” e, em alguns casos, “arcaicos”, mantendo-se portanto o viés ideológico que continua a justificar, agora de forma mais sutil, o fenômeno da “dominação” e o “espírito de missão”, sendo que o conceito de “modernização” aparece independentemente da origem geográfica dos autores. A crítica a este modo de abordagem não implica em gratificar um dos pólos da dicotomia: o mundo tradicional. Trata-se antes de encontrar ao nível metodológico uma nova forma de abordagem que passe a dar ênfase aos dinamismos decorrentes das próprias relações sociais, o que em sociologia levou, por exemplo, à sociologia dinâmica de Georges Balandier, tirando partido ao nível do entendimento dos fenômenos sociais globais do sentido do passado no que está efetiva e objetivamente presente ao nível das relações atuais. É neste ponto que nem sempre concordo com algumas afirmações feitas em alguns dos trabalhos apresentados na obra reunida por Schwarz, pois creio que a análise dos pressupostos, principalmente de natureza cultural, nem sempre é objetiva, pelos menos do meu ponto de vista, determinando um relativo viés na conclusão de certas análises, ou à presença mais ou menos inconsciente da ideologia.

O debate está contudo aberto. A produção de obras metodológicas a par da necessidade do desenvolvimento de estudos e pesquisas relativas ao universo cultural africano, de modo a dar bases mais objetivas e reais aos trabalhos de análise, é o pressuposto necessário para que os estudos sobre o Continente Africano atinjam a universalidade necessária e desejada.

Fernando A.A. Mourão

CARREIRA, Antônio. "O tráfico português de escravos na costa oriental africana nos começos do século XIX (estudo de um caso)" — *Estudos de Antropologia Cultural*, nº 12, Lisboa, 1979.

O presente estudo baseia-se em copioso acervo documental oferecido pelo Banco de Portugal — que o detinha em seus arquivos — à Sociedade de Geografia de Lisboa.

Constituído de 91 livros e 854 cadernos de contabilidade, além de 2.150 papéis avulsos, o referido acervo registra a atividade marítimo-mercantil de José Nunes da Silveira, negociante-armador da praça de Lisboa, durante 46 anos, correspondentes ao período 1786/1832.

Disponha ele de uma frota de 20 navios, dos quais 13 — cerca de 65% do total — eram destinados aos negócios em larga escala com os portos do extremo-orient e carregavam para a Europa chá, louça fina, mobília, canela e outros produtos dessas regiões.

O objetivo fundamental do autor, no entanto, foi o de destacar o tráfico de escravos da costa oriental africana e sua venda no Brasil.

Dá restringir-se à ação desenvolvida pelos dois navios da frota designados para essa atividade: o Delfim e o Golfinho S. Filipe de Nery, de cujas viagens foram analisadas aquelas ocorridas entre os anos de 1816 e 1826.

O trabalho compreende cinco capítulos que, pelos títulos, já antecipam os assuntos pesquisados: 1) "Navios empregados no tráfico de escravos. Tripulação. Itinerário. Número de viagens e sua duração"; 2) "Tipos de contratos: marítimo-mercantil e de ajuste"; 3) "Mercadorias carregadas em Lisboa"; 4) "Escravos"; 5) "Produtos comprados no Brasil. Custos na origem e preços de venda em Lisboa".

A leitura dos mesmos oferece úteis e interessantes dados aos estudiosos.

As viagens duravam um ano em média e destinavam-se a comerciar cativos nas áreas de Mombaça e Moçambique para venda nos mercados de Pernambuco, Pará e Maranhão.

O comandante da embarcação detinha a administração dos negócios mas o comércio não era realizado diretamente por ele e sim através das autoridades locais, "para que os capitães dos navios ou as tripulações não freqüentassem os mercados nem se inteirassem dos pormenores das transações. Queriam continuar a assegurar o monopólio e o esquema dos negócios. Os navios limitavam-se a aguardar, fundeados nos portos, a chegada das caravanas de escravos procedentes do interior e orientadas pelos mercados, gente da terra ao serviço das autoridades tradicionais" (p. 28).

As missangas e moedas espanholas constituíam o eixo principal da compra, desdenhando-se a aguardente, em geral tão importante como elemento de troca no tráfico negreiro.

Compreende-se-lhe entretanto a ausência: na costa oriental africana praticava-se a religião muçulmana que, como é sabido, interdita a seus adeptos o uso de bebidas alcoólicas: "A contaria tinha portanto uma posição semelhante à do ferro em brasa, a aguardente e os panos da terra de algodão, nos setores de tráfico da costa ocidental" (p. 28).

O capítulo quatro, o mais extenso, é o que fornece informações pormenorizadas sobre a escravatura.

A mortandade era grande: "Embora a documentação não elucide inteiramente todas as causas da morte, quer nos barracões, na origem e no destino, quer a bordo dos navios, tudo indica... que elas se ficaram a dever, além das doenças, a monotonia da dieta alimentar que era ministrada aos escravos, toda ela falha de proteínas e de outros componentes em sais minerais, aos maus tratos e talvez até à carência de água potável" (p. 46).

As viagens analisadas apontam a compra de 988 cativos ao preço médio de 30\$000 para uma venda de 702 deles à base de 130\$000, quando à vista, com uma porcentagem de perdas, portanto, de 28,9%. Aparentemente era grande o lucro, reduzido contudo substancialmente quando se pensa nas despesas de alimentação, direitos alfandegários etc., inclusive a marcação a ferro quente, prática cruel que, remontando aos albores do tráfico, perdurava ainda quase quatro séculos depois.

Um dos aspectos dignos de nota é a menção à atividade de corsários: "ainda no século XIX a guerra de corso, a pirataria digamos, era quase norma corrente entre alguns países europeus, designadamente no Atlântico" (p. 52).

Preferindo as embarcações procedentes das costas africanas e carregadas de cativos, não se restringiam a elas, pois "mesmo nas viagens para a Europa, os navios procedentes do Brasil, ainda que possuindo artilharia própria, tinham de viajar *em conserva* ou comboiados por barcos de guerra para se defenderem dos ataques e impedirem assim a pilhagem" (p. 52).

Como complemento deste minucioso estudo, foram anexados vários documentos como listas nominiais de tripulantes dos navios, contratos, cartas, balanços, faturas, que, certamente, muito contribuem para ilustrar o texto.

Interroga-se modestamente o autor sobre a utilidade em dar a conhecer tão restrita fração do tráfico português da época.

Poder-se-ia responder-lhe dizendo do prazer que é - numa época de tantas preocupações teorizantes com freqüência apoiadas em base precária - defrontarmo-nos com uma fonte primária tão acuradamente trabalhada e da qual se soube extrair inúmeras informações interessantes.

Além disso, caberia lembrar que fontes e estudos dessa ordem, têm levado ao esclarecimento de aspectos ainda superficialmente estudados da História ou à refutação de teses consagradas pela historiografia. Haja vista o trabalho de Luís Vianna Filho – *O negro na Bahia* (Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946) – que utilizando os “Livros de visitas em embarcações da África” e outros documentos pertencentes à Coleção de Manuscritos do Arquivo da Prefeitura da Bahia, logrou contestar afirmações de Nina Rodrigues sobre o tipo de população e cultura negras predominantes no Brasil, especialmente na Bahia.

Em *Os africanos no Brasil* (5ª ed., São Paulo, Nacional, 1977) Nina Rodrigues conclui que, embora fosse avultada a importação de escravos de língua banto, “nenhuma vantagem numérica conseguiu levar à dos negros sudaneses, aos quais, além disso, cabe incontestemente a primazia em todos os feitos em que, da parte do negro, houve na nossa história uma afirmação da sua ação ou dos seus sentimentos de raça”.

Luís Vianna Filho, contudo, à luz da documentação já mencionada linhas atrás, demonstra que em seus vários séculos de duração no Brasil, o tráfico variou profundamente de direção, preferindo ora uma ora outra região, sem reduzir-se jamais estritamente a uma delas. Imperativos de ordem econômica ou política determinavam as mudanças e alteravam o rumo do comércio, levando os traficantes a importarem alternadamente bantos e sudaneses.

Daí não se poder admitir o exclusivismo de qualquer deles.

O acerto de suas conclusões pode medir-se por um estudo posterior de Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos* (Paris, 1968), que descartando a predominância sudanesa no Brasil e mesmo na Bahia, ressaltou a contribuição banto e sua poderosa influência sobre a língua, costumes, religião e folclore baianos.

Suely Robles Reis de Queiroz